

## Aprovar Para Modernizar: Primeiro Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (1969-1980) e o Sistema de Avanço Progressivo

Susane da Costa Waschinewski\*

Giani Rabelo\*\*

### Resumo

Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa denominado *Desenvolvimento, Educação e Planejamento em Santa Catarina (1955-2010)*, que teve como objetivo central analisar a trajetória e a relação entre os planos nacionais e estaduais de educação com os planos nacionais e estaduais de desenvolvimento, bem como suas orientações para a formulação das políticas públicas educacionais em Santa Catarina. Tem como objetivo discutir a interface entre esses planos no que se refere aos investimentos na educação, tanto na esfera nacional e estadual, e a política do Sistema de Avanço Progressivo (SAP), que previa a redução dos altos índices de evasão e repetência no estado catarinense, colocada em prática entre os anos de 1960 até o início dos anos de 1980. Em Santa Catarina, o SAP apesar de ser concebido como uma proposta pedagógica capaz de diminuir os elevados índices de reprovação foi utilizado como forma de contenção de gastos, permitindo a passagem mais rápida dos alunos pelo sistema educacional sem a preocupação efetiva com o desempenho escolar.

**Palavras-chave:** Sistema de Avanço Progressivo. Plano de Educação. Modernização.

\* Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: E-mail: [sucosta@unescc.net](mailto:sucosta@unescc.net).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9024-0539>

\*\* Universidade do Extremo Sul Catarinense. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: E-mail: [gra@unescc.net](mailto:gra@unescc.net).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3304-8268>

## ***Approving to modernize: state of education of Santa Catarina (1969/1980) and the Progressive Progress System***

### **Abstract:**

This article is one of the results of the research project entitled *Development, Education and Planning in Santa Catarina* (1955-2010), whose main objective was to analyze the trajectory and the relation between the national and state education plans with the national plans and state development programs, as well as their guidelines for the formulation of public educational policies in Santa Catarina. This paper will discuss the interface between these plans with regard to investments in education at the national and state level and the policy of the Progressive Progress System (SAP), which envisaged the reduction of high rates of school dropout and repetition between the years of 1960 until the early 1980s. In Santa Catarina, SAP despite being conceived as a pedagogical proposal capable of reducing high reprobation rates was used as a form of cost containment, allowing the students to pass through the educational system more quickly without the effective concern for school performance.

**Keywords:** Progressive Advance System. Education Plan. Modernization.

## ***Aprobar para modernizar: primer plan estatal de educación de Santa Catarina (1969/1980) y el Sistema de Avance Progresivo***

### **Resumen:**

Este artículo es uno de los resultados del proyecto de investigación titulado *Desarrollo, Educación y Planificación en Santa Catarina* (1955-2010), que tuvo como objetivo central analizar la trayectoria y la relación entre los planes nacionales y estatales de educación con los planes nacionales y estatales de desarrollo, así como sus orientaciones para la formulación de las políticas públicas educativas en Santa Catarina. En este texto se discutirá la interfaz entre estos planes en lo que se refiere a las inversiones en educación a nivel nacional y estatal y la política del Sistema de Avance progresivo (SAP), que preveía la reducción de los altos índices de evasión y repitencia escolar entre los años En 1960 a principios de los años 1980. En Santa Catarina, SAP a pesar de ser concebido como una propuesta pedagógica capaz de disminuir los elevados índices de reprobación fue utilizado como forma de contención de gastos, permitiendo el paso más rápido de los alumnos por el sistema educativo sin la preocupación efectiva con el desempeño escolar.

**Palabras clave:** Sistema de Avance Progresivo. Plan de Educación. Modernización.

## Introdução

Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa denominado “Desenvolvimento, Educação e Planejamento em Santa Catarina (1955-2010)”, que teve como objetivo central analisar a trajetória e a relação entre os planos nacionais e estaduais de educação com os planos nacionais e estaduais de desenvolvimento, bem como suas orientações para a formulação das políticas públicas educacionais em Santa Catarina.

Os objetivos específicos do referido projeto foram os seguintes: analisar em cada plano de desenvolvimento a participação da educação e qual a sua concepção descrita no plano, estudar os planos estaduais de educação em sua relação com as tendências educacionais preponderantes no país, realizar um levantamento da trajetória dos gastos (custeio e capital) do governo estadual na área da educação, observando com o que estava previsto em cada plano e, por último, realizar um levantamento estatístico apontando a evolução dos principais indicadores socioeducacionais.

No escopo do projeto, o amplo *corpus* documental analisado foi composto por relatórios oficiais e de instituições, artigos de revistas especializadas, recortes de jornais, monografias, dissertações, teses, leis e decretos, anuários, além de documentos iconográficos. Portanto, a metodologia utilizada para este estudo vai ao encontro da análise documental, mas com a advertência de que “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 2002, p. 34), o que exige por parte de quem investiga um esforço metodológico para superar uma leitura superficial ou uma análise isolada dos acontecimentos. Nesse sentido, as conexões entre texto e o contexto são imprescindíveis.

Entre as várias análises e reflexões possibilitadas e realizadas durante o projeto que abarcou os anos de 1955 a 2010, sobre a relação entre os planos nacionais e estaduais de educação com os planos nacionais e estaduais de desenvolvimento, além das suas orientações para a formulação das políticas públicas educacionais em Santa Catarina, este artigo se constitui em um dos recortes que tem como objeto de estudo as políticas de planejamento. Em destaque, o Plano de Metas (1956-1960) do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961/PSD) e os planos catarinenses: Plano de Metas de Governo – PLAMEG I (1961-1965), do governador Celso Ramos (1961-1965/PSD-PTB), PLAMEG II (1966 -1970), do governador Ivo Silveira (1966-1970 PSD-PTB), bem como o primeiro Plano Estadual de Educação – PEE catarinense para os anos de 1969-1979 (SANTA CATARINA, 1969).

A questão aqui tratada está relacionada à interface entre esses planos, alusivos aos investimentos na educação, tanto na esfera nacional quanto estadual, e à política do Sistema de Avanço Progressivo (SAP), que previa a redução dos altos índices de evasão e repetência no estado catarinense, colocada em prática entre os anos de 1960 até o início dos anos de 1980.



### ***A educação nacional e catarinense na esteira da modernização: em destaque as décadas de 1950 e 1960***

Durante os anos de 1945 a 1964, o Brasil viveu um aprofundamento das desigualdades sociais, reveladas nos baixos índices educacionais. De acordo com o censo de 1940, o analfabetismo alcançava 56,17% da população com idade superior a 15 anos (CPDOC; FGV, 2017). Para enfrentar tal situação, diversas campanhas governamentais foram projetadas e lançadas pelos estados brasileiros: a criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes), pelo Decreto nº 29.741 (BRASIL, 1951); a implantação da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) (BRASIL, 1952); a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) (1953); a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), por meio do Decreto nº 38.460 (BRASIL, 1955a) são exemplos desse intento.

Soma-se a essas ações a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pelo Decreto nº 37.608, como órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de conhecer a realidade brasileira, divulgar as ciências sociais e promover o desenvolvimento social (BRASIL, 1955b). Anterior a isso, em 1953, a Lei nº 1.920 apresenta em seus artigos o desdobramento dos Ministérios da Saúde e da Educação (BRASIL, 1953).

Os anos de 1950 ainda seriam marcados pelas políticas de “assistência” à América Latina, e tal prática foi protagonizada pelos Estados Unidos da América (EUA): munidos de equipamentos, técnicos educacionais, materiais didáticos e recursos financeiros, os norte-americanos atuavam para combater os problemas educacionais desses países, ao mesmo tempo que estabeleciam nos programas de assistência uma dominação pacífica, por via cultural e ampliação de seus territórios de influência.

No ano de 1955, Brasil e Estados Unidos firmaram o compromisso para realizar o estreitamento de suas relações, proposto por meio de ações culturais:

O Ministério da Educação e Cultura, na representação do Governo brasileiro, ratifica hoje, expressamente, e em definitivo, o Convênio com a USAID, destinado a assegurar o assessoramento dos trabalhos de expansão e aperfeiçoamento, a curto e a longo prazos, do sistema de ensino superior, através do processo de planejamento. Essa iniciativa foi adotada apenas para que as atuais autoridades educacionais tivessem a oportunidade de declarar formalmente sua concordância expressa com o referido Convênio, e outros, ante a deturpação por setores interessados, sem qualquer fundamento sério, da intenção e dos propósitos com que sempre se conduziram na apreciação do assunto (BRASIL, 1967, p. 7).

O intercâmbio entre os dois países possibilitou a criação de programas culturais e de instrução das metodologias educacionais norte-americanas nas escolas brasileiras, como o Programa Brasileiro-Americano de Ensino Elementar – PABAE (1956-1964), que tinha como objetivo “aperfeiçoar” a professora primária nas escolas normais brasileiras.

A circulação internacional desses discursos ocorria por meio das missões educacionais realizadas no Brasil e na América Latina na criação de bibliotecas, na reprodução de livros didáticos e manuais de ensino, na produção e exibição de filmes que eram transmitidos para as professoras e para os técnicos educacionais, enfim, por todas as formas encontradas para demonstrar e introduzir a cultura norte-americana nesses territórios.

Cabe ressaltar que, posteriormente, no campo da educação, no fim dos anos de 1960, já na Ditadura Civil Militar, foi implementado o acordo entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (MEC-USAID), com o objetivo de implementar reformas em todos os níveis do ensino brasileiro ancoradas nos padrões impostos pelos EUA. Tal acordo atingiu todo o sistema educacional, os níveis primário, médio e superior, e seus respectivos funcionamentos, sua reestruturação administrativa, seu planejamento e seu treinamento de pessoal docente e técnico.

Em outros moldes, diferentemente do que ocorreu durante a Ditadura Civil Militar, nos anos de 1950 e 1960, o Brasil vivenciou o projeto desenvolvimentista e o anseio de modernização em diversas esferas sociais, espaço esse que possibilitou transferências culturais, principalmente dos modelos norte-americanos para o cenário nacional. O projeto desenvolvimentista pretendia atingir todos os estados brasileiros, assim como as campanhas educacionais, as quais tinham como objetivo atingir todo o território nacional. Nessa conjuntura, são observadas algumas mudanças ocorridas no estado de Santa Catarina, a partir da elaboração dos seus respectivos planos: PLAMEG I e II e PEE.

A partir dos anos de 1950, surgiu uma nova pauta para atender à educação catarinense, sendo que o movimento não estava dissociado das mudanças econômicas que estavam em curso no estado e no país. No cenário nacional, vivia-se as expectativas em torno do Plano de Metas (1956-1960) de Juscelino Kubitschek, o qual previa vastos investimentos nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e incentivo à indústria automobilística.

Para Ianni (1996), o Programa de Metas visava transformar a estrutura econômica do país alicerçada em investimentos para a criação de indústrias de base e a reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial. Em Santa Catarina, de acordo com Goularti Filho (2002), ocorre uma diversificação e consequente ampliação da base produtiva, fruto do surgimento de novos setores (como papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte).

Esta ampliação aconteceu porque: a) os setores como os de papel, papelão, pasta mecânica, móveis e metal-mecânico, que nasceram antes ou nos anos 30, aumentaram sua produção com o surgimento de novas indústrias; b) os setores carboníferos e têxteis ampliaram a capacidade produtiva; e, c) a agricultura começou a ser industrializada, transitando do complexo agro-comercial para o complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2002, p. 141-142).

Para o autor, esse período é caracterizado por uma fase transitória com traços do crescimento baseado na pequena produção mercantil, a qual começa a surgir em uma dinâmica baseada no médio e grande capital. Aliada a esse processo, se configura a transição das populações vindas do setor agrário para o industrial. Nesse contexto, ha-



via mudanças em andamento nas esferas política, econômica, educacional e espacial (GOULARTI FILHO, 2002).

Tais aspectos vinham se acentuando, visto que possuíam influências de processos anteriores, que ganhavam novas formas a partir dos anos de 1930, quando ocorre um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas, que se desenvolvem com o auge do capitalismo. O início dessa transição acontece sob a hegemonia da oligarquia, configurando, historicamente, o poder da burguesia. Portanto, “[...] essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa a era senhorial (ou antigo regime) da era burguesa (ou a sociedade de classes)” (FERNANDES, 1987, p. 203-204).

Já nas décadas de 1950 e 1960, evidenciam-se a ampliação das funções estatais, por meio das ideias de planejamento. Segundo Ianni (1996), as técnicas de planejamento como instrumentos de políticas econômicas e estatais foram incorporadas pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando, em sua decorrência, colocou o país em crise, com a queda repentina das exportações e a escassez de produtos importados, ocasionando uma onda inflacionária que gerou o agravamento da situação econômica do proletariado.

Ianni (1996) acrescenta ainda que as medidas do tipo intervencionistas já eram adotadas pelos governos brasileiros anteriores aos anos de 1930. Desse modo, as medidas começam a ser mais elaboradas e tecnicamente mais rigorosas, com o intuito de solucionar problemas (como proteger e estimular a economia, formalizar mercados e controlar relações sociais e de produção).

Foi uma combinação privilegiada de condições (economia de guerra, perspectiva de desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional, reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais) que transformou a linguagem e a técnica do planejamento em um componente dinâmico do sistema político-administrativo (IANNI, 1996, p. 68).

Nesse sentido, aos poucos, as técnicas de planejamento foram incorporadas às políticas econômicas estatais brasileiras, combinando diversas condições, aliadas à perspectiva de desenvolvimento e modernização do país. Na década de 1950 e sobretudo durante o governo de Getúlio Vargas<sup>1</sup> (1951-1954), ocorreram iniciativas estatais para a criação de indústrias pesadas que impulsionaram outros ramos industriais.

No cenário nacional, com a entrada de Juscelino Kubitschek (1956-1961) na Presidência da República, acentuou-se a implantação da indústria pesada, fazendo com que a economia do país ganhasse também novas formas, ao promover a abertura ao capital internacional.

Juscelino apresentava o discurso de modernização do país, principalmente no tocante aos incentivos ao setor industrial, com a apresentação do Plano de Metas, que consistia em 30 metas e meta-síntese da construção de Brasília e foi considerado por muitos economistas a primeira experiência de planejamento posta em prática no Brasil.

<sup>1</sup> Foram criados, nesse período, importantes setores industriais que se destacam até nos dias de hoje em âmbito nacional e internacional, como a Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobras.

Ianni (1996) descreve que o Plano de Metas abrangia quatro setores importantes da economia: energia, transporte, alimentação e indústria de base, incluindo o programa de formação técnica. Do conjunto das metas, a 30 se refere à educação, intitulada de “Programa de Educação para o Desenvolvimento”<sup>2</sup>, a qual foi apresentada a seguinte previsão para os anos de 1958 e 1961:

Em 1955-1956 os déficits em matéria de educacional eram graves. Para corrigi-los, traçaram-se metas compensadoras. “Em matéria de ensino primário, prevê-se o aumento de 40 mil alunos em 1958; 120 mil em 1959; 220 mil em 1960 e 340 mil em 1961” (ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE METAS, 1958, p. 95).

Observa-se que houve um aumento de 18% no número de alunos para o primeiro ano, 32% para o segundo e atingindo 50% para o ano de 1961. Nota-se, também, que o Plano de Metas adotava políticas que previam reverter os índices negativos que eram considerados alarmantes. Nele, a ampliação ao acesso à escola tornou-se um dos objetivos relacionados às novas demandas econômicas. Assim, intentava-se que a educação e o desenvolvimento econômico caminhassem juntos.

Em Santa Catarina, os investimentos em educação foram impulsionados com a realização do Seminário Socioeconômico, ocorrido em 1960. Tal seminário se consolidou por meio da dinâmica entre lideranças empresariais e a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC). Durante o ano de 1959, foram realizados levantamentos das condições econômicas de diversas regiões catarinenses, que serviram para fomentar as discussões em torno das condições econômicas.

Por meio desse evento, foi possível a realização de estudos sobre a realidade situacional catarinense, transformando-os em diagnósticos, nos quais foi possível indicar que um dos grandes responsáveis pela estagnação econômica no estado era a carência da mão de obra qualificada, além dos problemas relacionados ao setor elétrico e à infraestrutura. Dessa forma, o combate a tais problemas passou a ser prioridade, como destaca Teive (1998, p. 30):

O processo culminou com a elaboração do documento básico do Seminário – Sócio-Econômico, cujos principais problemas identificados foram: falta de energia, transporte, crédito, inadequada rede de serviços, e de infra-estrutura e carência de mão-de-obra qualificada para o trabalho, a última apontada como uma das grandes responsáveis pela estagnação econômica catarinense.

Celso Ramos, que era presidente da FIESC, foi eleito e governou o estado de Santa Catarina entre os anos de 1961 e 1965. Ele lançou em seu primeiro ano de governo a Lei nº 2.772 (SANTA CATARINA, 1961), intitulada Plano de Metas do Governo Estadual no quinquênio 1961-1965 (PLAMEG).

O PLAMEG representou uma primeira experiência efetiva de planejamento no estado de Santa Catarina. Anterior a ele tinha-se o Plano de Obras e Equipamentos (POE), em 1955, no último ano do governo de Irineu Bornhausen (1951-1956). Desse modo, o PLAMEG deu início à experiência de planejamento econômico no estado e é a partir de então que os governos passaram a elaborar seus planos.

<sup>2</sup> Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek do Plano de Desenvolvimento Econômico, em 30 de junho de 1958.



O PLAMEG previa investimentos em setores estruturantes da economia catarinense, necessários para se garantir as mudanças no quadro econômico do estado:

Art. 2º Para execução do PLAMEG o Poder Executivo é autorizado a despender nos exercícios de 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965, verificadas as conveniências financeiras e as possibilidades materiais de execução, até a importância de dezessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 17.500.000.000,00) (SANTA CATARINA, 1961, s/p).

Os investimentos estavam direcionados para diferentes setores (educação, energia, transportes, sistemas de créditos, entre outros), organizados nos seguintes eixos: I – O Homem, II – O Meio, III – Expansão Econômica, sendo que em cada eixo estavam vinculados os setores agregados. O eixo I previa investimentos para a melhoria das condições de vida do homem na educação e cultura, justiça, segurança pública, saúde pública, assistência social, sistema de água e esgoto.

Para garantir a amplitude das políticas que se pretendia alcançar por meio do PLAMEG, foi criada uma espécie de gabinete responsável por coordenar todas as ações, como versou Lins: “Para dar execução ao Plano de Metas criou-se o Gabinete de Planejamento de Metas do Governo – PLAMEG, em cuja organização foi instituída uma Assessoria Técnica para assuntos da Educação” (LINS, 1999, p. 21).

De acordo com a autora, o gabinete seria responsável por nortear todas as políticas desenvolvidas pelo plano. Existia um movimento ordenado para alcançar as metas indicadas para Santa Catarina, no qual o Gabinete do Planejamento representava a presença catarinense na organização das ações.

Em números, o PLAMEG constituiu-se como um amplo plano que comandava diversos setores, destinando recursos específicos para cada um deles. Os eixos estavam assim apresentados: eixo I - eram previstos investimentos de 26,7%: educação (11,6%), justiça e segurança pública (5,6%), saúde e assistência social (6,6%) e sistema de água e esgoto (2,9%). Para a educação e a cultura, o PLAMEG previa investimentos no total de 2.040 milhões de cruzeiros, sendo subdividido entre os anos de 1961 e 1965.

Percebe-se que a educação era vista como prioridade, recebendo significativos investimentos, superiores a todos os outros setores, inclusive saúde e assistência social. O PLAMEG impulsionou o processo de expansão do ensino no estado, no que se refere à ampliação da escolarização e dos espaços escolares com novas salas de aulas, ginásios, novos prédios e investimentos na formação de professores/as. Todos os investimentos estavam norteados pelas metas educacionais do PLAMEG:

Ampliação da rede escolar: construção de 2.500 salas de aulas para grupos escolares e rurais, com o intuito de oferecer 200.000 novas oportunidades de escolarização; para o ensino médio foram construídos vários ginásios e colégios, entre eles o Instituto Estadual de Educação/Florianópolis, o Colégio Celso Ramos/Joinville, Colégio Vidal Ramos/Lages, Ginásio Industrial Aderbal Ramos da Silva/ Florianópolis, Colégio Pedro II/Blumenau, Colégio Industrial/Tubarão;

A disseminação do Curso Normal Ginásial: foi instituído um programa de transformação dos antigos Cursos Normais Regionais em ginásios e a preparação de seu corpo docente, possibilitando que 26.000 matrículas em estabelecimentos de nível médio existentes no estado, em 1960, se passasse para 46.000 em março de 1964;

Ao aperfeiçoamento dos professores da zona rural: com a realização de “muitos cursos intensivos de treinamento/aperfeiçoamento” através de convênios entre PLAMEG, Secretaria de Estado de Educação e Faculdade de Educação (SCHMITZ, 1985 apud AGUIAR, 2008, p. 54).

Dentre os investimentos em escolas e ginásios, foram destinados recursos para as pesquisas no campo educacional e a formação de professores no estado. Esse processo culminou na criação, em 1963, do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), que se constituiu como uma referência na elaboração de pesquisas e diagnósticos situacionais da educação catarinense e na criação da Universidade do estado de Santa Catarina – Udesc (SANTA CATARINA, 1963).

Na esfera nacional, foi aprovada, após 13 anos de tramitação, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1961), tendo como objetivo nortear a organização do ensino no país, subsidiando as políticas educacionais nas esferas nacional, estaduais e municipais. A administração educacional passa a ter um caráter descentralizador, ampliando a assistência aos estados e municípios.

O PLAMEG inaugurou uma nova fase socioeconômica catarinense. No embalo do ideário desenvolvimentista e diante do crescimento da indústria dinâmica, o estado passou a ser timoneiro na condução política do processo de integração e consolidação das políticas públicas, fazendo investimentos em infraestrutura e ampliando a oferta de serviços sociais (GOULARTI FILHO, 2002).

Em pesquisas nos acervos documentais, foi possível encontrar algumas aproximações que demonstram o espaço que o PLAMEG alcançou na economia catarinense. Nas páginas centrais do jornal “O Estado” do ano de 1964, é realizada uma apresentação geral das políticas desenvolvidas com o PLAMEG do governo de Celso Ramos. Tal jornal foi criado em Florianópolis no ano de 1915 e funcionou até 2009, sendo o primeiro a alcançar todas as regiões catarinenses nos anos de 1970 (BUDDE, 2013). Desde os anos de 1940, teve como proprietário o político Aderbal Ramos da Silva, ex-deputado e ex-governador de Santa Catarina, fato que explica a forte tendência política abordada em suas manchetes.

Conforme Budde (2013), durante 30 anos o jornal serviu aos proprietários com o propósito político-partidário do Partido Social Democrata (PDS) e da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Era comum, no período, seu uso para fins panfletários, dando direcionamento em seu próprio partido e criticando adversários.

Diversos setores da economia catarinense estavam em ascensão, dentre os quais o setor educacional, cujo principal objetivo era eliminar os déficits referentes à escolarização, propondo como metas a ampliação das unidades escolares, espaços físicos e aperfeiçoamento de professores.

Em relação à educação, embora o setor tenha recebido boa parte dos recursos financeiros, os objetivos desses investimentos estavam relacionados às necessidades econômicas estaduais, não atendendo às especificidades da educação e à qualidade do ensino. Desse modo, umas das medidas de superação dos baixos índices educacionais foi a implantação do SAP.

Após a vigência do PLAMEG I de Celso Ramos, o próximo governo eleito foi o de Ivo Silveira (1966-1970), que apresentou o PLAMEG II, dando continuidade ao primeiro



plano, com orçamento previsto de 216 milhões de cruzeiros. Segundo os pesquisadores Rabelo e Goularti Filho, o PLAMEG II seguia os mesmos princípios do primeiro plano:

Os mesmos compromissos com a educação do plano anterior foram reforçados no PLAMEG II, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas por meio da construção de novas unidades escolares. No âmbito do ensino superior foi consolidada a Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), criada em 1963, que tornou-se a mantenedora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), criada em 1965. Foi durante a execução do PLAMEG II que foi elaborado o primeiro Plano Estadual de Educação (RABELO; GOULARTI FILHO, 2015, p. 2).

Os dois planos, de certa forma, trouxeram amplas mudanças nos diferentes setores catarinenses, inclusive no setor educacional, com investimentos na ampliação do quadro educacional e a própria elaboração do primeiro PEE, que trouxe para o estado ações educacionais consideradas inovadoras, sendo uma delas a implantação do SAP (SANTA CATARINA, 1969).

### ***O primeiro PEE (1969-1980) e o SAP***

O primeiro PEE de Santa Catarina (1969-1980) reflete o desejo de um projeto de modernização educacional articulada à modernização econômica que vinha sendo delineada (SANTA CATARINA, 1969). De acordo com Koch (1995), o governo de Ivo Silveira, no fim dos anos de 1960, coeso com a necessidade de mudanças no setor educacional, elaborou seu Plano de Metas para os anos de 1966-1970 com a recomendação de que fosse totalmente ampliado e reformulado, a fim de atender às particularidades e perspectivas da economia catarinense. Assim, Santa Catarina se antecipava às orientações do Governo Federal e lançava seu primeiro PEE, que propunha promover uma reforma radical na educação catarinense. Nesta perspectiva, a educação passa a ser considerada um dos carros-chefes do projeto desenvolvimentista.

O Estado e o País têm pretensões de desenvolvimento acelerado. Dessa maneira a educação (embora não sendo a propulsora exclusiva desse desenvolvimento) tem parcela ponderável de responsabilidade durante o período de afirmação do processo, do ‘arranco’ desenvolvimentista (SANTOS, 1970, p. 13).

O projeto educacional estava imbricado e articulado ao projeto de desenvolvimento econômico e social. As questões educacionais ganharam centralidade, e o discurso que emergia foi de que era preciso romper com a improvisação e colocar em prática métodos científicos de planejamento.

O primeiro PEE, aprovado em 1969, teve sua execução prevista para o prazo de dez anos. Sua elaboração ocorreu devido às pesquisas educacionais que apontavam para o baixo rendimento educacional. O diagnóstico que serviu como base para subsidiar sua elaboração foi baseado na pesquisa intitulada “Sobre as condições do processo educacional de Santa Catarina”, que indicava:

A organização de um grupo técnico de alto nível que, através da colaboração de organismos nacionais e internacionais, elabore o planejamento integral do proces-

so educacional catarinense, ajustando-o aos planos globais de desenvolvimento do Estado e determinando as modificações estruturais e funcionais que se fazem necessárias na máquina administrativa responsável pelo controle e desenvolvimento da educação (SANTA CATARINA, 1967, p. 152).

Segundo Teive (1998), durante o governo de Ivo Silveira (1965-1969), foram tomadas as primeiras medidas para a reestruturação do sistema educacional catarinense, com o objetivo de modernizá-lo e adequá-lo ao modelo de desenvolvimento. Portanto, o PEE (1969-1980) foi elaborado pela “camada mais lúcida e renovadora” da sociedade catarinense. O processo de elaboração ocorreu nos moldes do golpe militar de 1964, caracterizando-se na subordinação política da sociedade civil aos interesses do aparelho governamental (SANTA CATARINA, 1969).

O Governo Estadual constituiu, via decreto, os membros consultores e colaboradores, que compuseram a equipe de trabalho. Dessa forma, coube a elaboração do PEE a um pequeno grupo que representava os interesses do estado. Já em relação aos professores, “restaria a tarefa de executar as medidas concedidas pelos intelectuais a serviço das elites [...]” (TEIVE, 1998, p. 51-51).

Diante dessas condições, a elaboração do PPE atendeu às demandas da educação para as necessidades do mercado, caracterizado pelo conservadorismo, com uma forte base religiosa, dos princípios cristãos e católicos, além do discurso patriótico e civilizatório. Imbuído na proposta de modernização, apresentava também o objetivo de adequação ao processo de desenvolvimento, apontando a necessidade de superar alguns índices educacionais que eram considerados alarmantes:

[...] a repetência na escola primária catarinense é assustador. Na primeira série primária, em 1966, o percentual de reprovação foi de 40,6%. Considerando-se a totalidade das séries primárias (incluindo-se as classes preparatórias e as quintas séries) a repetência atingiu a 28,1% dos alunos que se achavam matriculados (SANTOS, 1970, p. 10-11).

Santos (1970) analisa os baixos índices de aprovação, destacando as seguintes informações: enquanto no ano de 1963 havia 162.639 alunos matriculados na primeira série da escola primária catarinense, os aprovados na quarta série, no ano de 1966, era de apenas 47.060 (PPE, 1970).

Os dados demonstram, ainda que parcialmente (por falta de informações), que uma parcela muito pequena conseguia, de fato, permanecer durante os quatro anos da escola primária, ocasionando um aumento nas matrículas pela reincidência dos mesmos alunos matriculados na primeira série, elevando as estatísticas quanto aos índices de reprovação. Para enfrentar este problema, foram prospectadas ações para romper tais índices:

No que se refere ao ensino primário, o planejamento integral do sistema deveria se preocupar em: a) adequar os currículos à realidade; b) redistribuir as unidades escolares (eliminação progressiva das escolas isoladas, por causa do baixo rendimento dessas unidades); c) reformular os cursos de formação de professores, a fim de adequar a formação dos novos mestres e, ao mesmo tempo, criar ambientes necessários à programação de “reciclagem” para os professores em exercício (SANTOS, 1970, p. 21).



Nesse processo, prevalece o entendimento de que “a educação deve ser ajustada às expectativas de progresso econômico da sociedade e por essa forma ser entendida como investimento e não como consumo” (SANTOS, 1970, p. 30). E ainda que “É preciso que a organização e o desenvolvimento do processo educacional atendam de modo coerente a uma concepção da forma de relacionamento desse processo com os demais processos sociais” (SANTOS, 1970, p. 32).

Dentre as principais mudanças incorporadas pelo PEE I, estavam o SAP e a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, com a fusão dos cursos primário e ginásial em um só: o curso básico de oito anos contínuos (SANTA CATARINA, 1969). Tal determinação passou a ser adotada em todo o território nacional, com a aprovação da Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971), que tornou o ensino de 1º grau obrigatório dos sete aos 14 anos, em seu art. 20, e do Parecer nº 360 (BRASIL, 1974), do Conselho Federal de Educação (CFE)<sup>3</sup>.

Segue, abaixo, um quadro com as primeiras iniciativas da adoção de modelos semelhantes ao SAP em território nacional.

Quadro 1 – O avanço progressivo no país (1958-1969)

ESTADO – ANO	MODELO
Rio Grande do Sul – 1958	Adoção do sistema de promoção, em que não havia aprovação ou reprovação, mas sim classificação.
São Paulo – 1959	A instituição do Grupo Escolar Experimental de São Paulo optou por um sistema de “Promoção por Rendimento Efetivo”, que apresentava as seguintes características: a) passagem de um ano para outro, segundo o critério de idade; b) localização em grupos-classe, conforme as reais possibilidades de aprendizagem da criança.
Estado da Guanabara (atual município localizado no estado do Rio de Janeiro) – 1962	Modelo chamado de “Sistema de Avanços Progressivos”.
Belo Horizonte – 1962	Modelo implantado no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, que adotou a “promoção automática”, com graduação por idade e com um programa único, dividido em etapas que seriam vencidas de acordo com as possibilidades dos alunos.
Santa Catarina – 1969	Com a elaboração do PEE, foi implantado o sistema de avanço progressivo, que previa a aprovação imediata dos alunos, mesmo sem a compreensão dos conteúdos escolares.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2016), com base no livro “Avanços progressivos” (GRUNWALDT; SILVA, 1980).

Podemos observar que os modelos de Avanço Progressivo que foram sendo experienciados em alguns estados brasileiros eram vistos como uma solução para os problemas educacionais. Em Santa Catarina, o SAP era visto de forma geral como uma proposta pedagógica capaz de diminuir os elevados índices de reprovação e, consequentemente, aumentar a produtividade do ensino no estado.

Entretanto, segundo Koch (1995), o sentido político do SAP não estava em seu caráter pedagógico da supressão da reprovação como medida de garantia da democratização do ensino, mas sim relacionado com a contenção de gastos, permitindo a passagem mais rápida dos alunos pelo sistema educacional, forçando a liberação das vagas e o seu barateamento.

3 Segundo tal parecer, a aprendizagem não se restringe à aquisição de conhecimentos: ela se constitui em um processo amplo, pois envolve a formação de conceitos, a aquisição de habilidades e a formação de atitudes, levando em conta as potencialidades do aluno.

Atendendo a esse ideário, o PEE implantou o SAP, que excluía os critérios de aprovação e reprovação de alunos no ensino de 1º grau:

Dentre as modificações propostas pelo PEE, merecem destaque as seguintes: fusão do primário com o ginásio, eliminando-se, assim, o exame de admissão e a adoção do avanço progressivo como sistemática de avaliação do processo ensino aprendizagem, no ensino de 1º grau, suprimindo-se a aprovação e a reprovação (GRUNWALDT; SILVA, 1980, p. 27).

Essa discussão é o que, basicamente, consiste o sistema de adequação da idade escolar e a série: “Os alunos matriculados em 1969 na primeira série, que hajam completado o ano letivo, mas que não tenham vencido o conteúdo programado serão matriculados em 1970 na 2ª série” (SANTOS, 1970, p. 93).

Independentemente do desempenho escolar do aluno, ele deveria ser aprovado e ingressar no ano seguinte em sua próxima série. Essa medida tinha como objetivo afastar os altos índices de repetência apontados na pesquisa realizada pelo CEPE, o que leva a entender que não havia uma preocupação com a qualidade do ensino, apenas com a elevação dos índices educacionais. Corroborando com tal ideia, Teive afirma que “tais fatores, inevitavelmente, concorreram para que o novo sistema de avaliação fosse transformado, na prática, em promoção automática, o que o tornou um ‘instrumento banalizador’ dos conteúdos escolares” (TEIVE, 1998, p. 56):

Com o sistema do avanço progressivo, sairão os alunos do ciclo básico com as virtudes e qualidades necessárias ao bom cidadão e com os conhecimentos adquiridos de acordo com a capacidade de cada um. Caberá então à escola encaminhar os mais capazes para níveis mais altos (CEPE, 1969, p. 3).

De acordo com o CEPE, o avanço progressivo era visto como uma oportunidade de formar os alunos no ciclo básico e encaminhar os mais qualificados para o ensino superior. Porém, o SAP resultou na desobrigação estatal em relação às questões educacionais, como o acompanhamento aos alunos que repetiam o ano: fazia-se o contrário, isto é, acelerava a saída dos alunos que tinham mais dificuldades.

O SAP, fundamentado na alardeada valorização pessoal e progressiva do aluno - orgulhosa expressão de nossa capacidade de ascensão a modernidade pedagógica - tinha na prática a missão de resolver os problemas da evasão e repetência escolares sem pressionar financeiramente o Estado (havia outras áreas prioritárias para o investimento do dinheiro público, todas aquelas destinadas à capitalização da riqueza privada); ao mesmo tempo em que comprometia esse mesmo Estado com a democratização das oportunidades educacionais (AURAS, 1991, p. 340).

De acordo com Grunwaldt e Silva (1980), o SAP deveria combinar técnicas que possibilitasse a recuperação para os alunos considerados defasados, sendo que ela deveria ser feita durante o próprio ano letivo para estudantes que atingiram uma aprendizagem satisfatória, cabendo ao Estado oferecer uma nova oportunidade após a 4ª e 8ª séries, nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática. Na prática, isso acabou não ocorrendo por diversos motivos, sendo um deles “[...] o fato de que tornava-se muito difícil recuperar,



em curto espaço de tempo, conteúdos relacionados aos quatro ou oito anos do ensino básico” (TEIVE, 1998, p. 56). Entretanto, mesmo não sendo possível recuperar os conteúdos, esse aluno deveria ser aprovado.

Esse sistema foi se transformando em uma aprovação automática, ocasionando uma mudança significativa em relação ao número de matrículas e aprovações. Por esses motivos, foi acompanhado de muitas críticas e resistências por parte das entidades representativas dos/as professores/as catarinenses. Tais críticas eram proferidas, principalmente, em relação à banalização dos conteúdos e do trabalho docente, pois muitos/as alunos/as, mesmo sem as devidas condições de aprendizagem, eram aprovados/as.

### *Considerações finais*

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, durante os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1960), foram impulsionadas políticas de planejamento que previam o desenvolvimento econômico do país. Tais políticas não se restringiram apenas à esfera nacional: foram adotadas também pelos governos estaduais ampliando, assim, a ideologia nacional desenvolvimentista.

Em Santa Catarina, o POE demonstrou uma primeira experiência em planejamento econômico no estado, servindo de base para os próximos governos, enquanto o PLAMEG representou, por meio do planejamento, uma ferramenta para a promoção das mudanças da infraestrutura produtiva, como os investimentos nas rodovias, na agricultura, no banco de desenvolvimento do estado, entre outros.

As mudanças impostas no processo de modernização da sociedade brasileira expuseram algumas deficiências que precisavam ser modificadas, entre elas no que se refere à educação, que indicava altos índices de evasão e repetência. Nesse sentido, a educação passou a tomar certo espaço no discurso desenvolvimentista, apresentando políticas tanto no Plano de Metas quanto no PLAMEG no estado catarinense.

Embora esses planos tenham destinado recursos para o ensino brasileiro, a influência tecnicista e a adequação às necessidades de mercado colocaram a educação na esteira do discurso que defendia a “educação para o mercado”, resultando no esvaziamento da qualidade do ensino. Em Santa Catarina, tal filosofia foi sentida por meio da política do SAP, posto em prática no primeiro PEE, que refletiu a necessidade de superação dos elevados índices de evasão e repetência, desobrigando, assim, o estado de ampliar as unidades escolares, o quadro profissional, bem como a assistência especializada aos alunos e às alunas que se encontravam irregulares.

O PPE I, basicamente, não foi alterado ao longo da década de 1970, sendo fortalecido com a LDB (BRASIL, 1971), de cunho tecnicista. Após cumprir seu prazo de execução, em 1980 foi apresentado o segundo PEE, para um prazo previsto de quatro anos. O SAP não foi revisto, pelo contrário: foi elogiado e reforçado. Novamente imperava uma visão tecnicista da educação, que visava aproximá-la cada vez mais do mercado de trabalho e das demandas do setor produtivo.

Somente no PEE III (1985), imbuído pelo espírito da época, pautado em reivindicações fundadas na redemocratização e na participação popular, o SAP foi extinto. A partir desse momento, todo aluno estava sujeito à reprovação caso não alcançasse os objetivos definidos no plano de ensino da escola e do/a professor/a.

Em Santa Catarina, o SAP, apesar de ser concebido como uma proposta pedagógica capaz de diminuir os elevados índices de reprovação para aumentar a produtividade do ensino, funcionou como um mecanismo de supressão da reprovação para a contenção de gastos, permitindo a passagem mais rápida dos/as alunos/as pelo sistema educacional. Independentemente do desempenho escolar do estudante, ele deveria ser aprovado e ingressar na série seguinte. Portanto, não houve uma preocupação com a qualidade do ensino, mas sim com a elevação índices educacionais, pautada na diminuição dos custos. Nesse sentido, o sistema de avaliação foi transformado, na prática, em promoção automática.

## Referências

AGUIAR, L. C. **Política educacional e a criação do curso de pedagogia em Santa Catarina**. Palhoça: Unisul, 2008.

AURAS, M. **Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado, a “opção pelos pequenos”**. 1991. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 1991.

BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953**. Brasília: Casa Civil, 1953. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1920.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1920.htm)>. Acesso em: 17 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1955a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38460-28-dezembro-1955-334313-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1955b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Educação. Brasília: Casa Civil, 1974. **Parecer nº 360**.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Acordos, contratos, convênios**. Brasília: Serviço de Documentação do MEC, 1967.

BUDDE, L. **Jornadas impressas: O Estado e Florianópolis – 1985 a 2009**. 2013. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106850/318075.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 set. 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas (FGV). **O Brasil de JK**. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC, FGV, 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: 18 set. 2018.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.



FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2002.

GRUNWALDT, I. S.; SILVA, M. V. **Avanços progressivos**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Ensino de 1º e 2º grau, 1980.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KOCH, M. Z. Sistema de avanço progressivos: a política educacional dos anos 70/80 em Santa Catarina. **Perspectiva**, Florianópolis, UFSC/CED/NUP, n. 23, p. 27-45, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10635/10166>>. Acesso em: 19 set. 2018.

LINS, Z. N. **Faculdade de Educação**. Florianópolis: Udesc, 1999. 2. ed., ampliada e atualizada.

MELO, M. M. R. **Sílvio Coelho dos Santos** – um intelectual moderno no Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE) – SC: pertencimento, missão social e educação para a formação/modernização (1960/1970). 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92030/252387.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 set. 2018.

RABELO, G.; GOULARTI FILHO, A. Estado, instituições e a construção das políticas socioeducacionais em Santa Catarina/Brasil 1955-1998. In: **Anais...** Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), 21., Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2015. Disponível em:

<<http://asphe.blogspot.com/2016/08/21-encontro-da-asphe-caxias-do-sul-2015.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

SANTA CATARINA. **Sobre as condições do processo educacional de Santa Catarina**. Florianópolis: FESC/UEDESC/FAED/CEPE, 1967.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Educação 1969-1980**. Florianópolis, 1969.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina. **Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961**. Florianópolis: Alesc, 1961. Disponível em: <[http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/2772\\_1961\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/2772_1961_Lei.html)>. Acesso em: 18 set. 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei nº 3.191, de 6 de maio de 1963**. Florianópolis: Alesc, 1963. Disponível em:

<[http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1963/3191\\_1963\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1963/3191_1963_Lei.html)>. Acesso em: 19 set. 2018.

SANTOS, S. C. **Um esquema para a educação em Santa Catarina**. Florianópolis: Edeme, 1970.

#### *Susane da Costa Waschinewski*

Douttoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade do estado de Santa Catarina (PPGE/Udesc), membro do Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas, participante do Grupo de Estudos História, Cultura Escrita e Leitura (GEHCEL), vinculados ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LapPac – Udesc) e Membro do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME).

#### *Giani Rabelo*

Professora do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio-Econômico (PPGDS) e do Curso de Pedagogia na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Líder do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME) Coordenadora do Centro de Memória do Sul de Santa Catarina (CEMESSC).